



“A LÍNGUA NACIONAL” DE JOÃO RIBEIRO: ALGUNS APONTAMENTOS

Verli Petri (UFSM)
Caroline M. Schneiders (UFSM)
Amanda Scherer (UFSM)

RESUMO: Visamos apresentar neste artigo alguns apontamentos iniciais sobre a obra de João Ribeiro (1921), intitulada *A Língua Nacional*. Para tanto, nos ancoramos nas discussões teóricas e analíticas contemporâneas ao campo da História das Ideias Linguísticas em sua relação com a Análise de Discurso no contexto brasileiro. Nossa proposta é a de trazer à baila as noções de colonização e descolonização linguística com o objetivo de refletir sobre os efeitos de sentidos constitutivos daqueles estudos empreendidos no início do século XX sobre a língua nacional no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: João Ribeiro, *A Língua Nacional*, História das Ideias Linguísticas, Brasil

“A LÍNGUA NACIONAL” BY JOÃO RIBEIRO: SOME NOTES

ABSTRACT: This article aims to present some initial notes on the work by João Ribeiro (1921), entitled *A Língua Nacional*. To do so, we harbor our discussion in contemporary theoretical and analytical discussions in the field of History of Linguistic Ideas in its relation to Discourse Analysis in the Brazilian context. Our proposal is to bring up the notions of linguistic colonization and decolonization in order to reflect on the constitutive meaning effects of those studies undertaken in the early twentieth century on the national language in Brazil.

KEYWORDS: João Ribeiro, *A Língua Nacional*, History of Linguistic Ideas, Brazil

Situando nossa problemática

Apresentaremos, neste trabalho, alguns apontamentos iniciais da pesquisa acerca dos efeitos de sentidos constitutivos das reflexões empreendidas no início do século XX sobre a língua nacional no Brasil e seus desdobramentos quase um século depois. Para tanto, tomamos como objeto de estudo o primeiro capítulo da obra de João Ribeiro (1921), intitulada *A Língua Nacional* (que também é o título do capítulo em análise), como reflexão histórica e linguística sobre a ideia de língua nacional – discussão mais ligada a uma questão de língua do que propriamente ao nome da língua. O primeiro capítulo da obra de João Ribeiro nos remete muito mais à necessidade do estabelecimento de um espaço de constituição de uma política linguística para o Brasil, enquanto país sul-americano, do que a uma questão de nomeação da língua. É João Ribeiro que vai conferir mais propriedade, a nosso ver, às reflexões sobre a constituição da língua no interior de um país que é diferente daquele que o colonizou, levando em conta a história, e nesse sentido, apresenta-se como um lugar diferenciado para pensarmos a língua e seu funcionamento no espaço de colonização/descolonização linguística que discutimos atualmente no Brasil.

1. A busca de um lugar de fundação para a língua nacional

O nosso Brasil está colocado entre os países sem língua própria. [...] O português falado no Brasil, pela mistura com o tupi e com os falares dos escravos africanos introduzidos pelos portugueses e por outros motivos que não nos cabe aqui expor, é diferente do falado em Portugal. [...] A nossa língua, pois, é a portuguesa, com as diversas modificações que no correr dos séculos nós lhe demos” (NASCENTES, 1926, p. 7-8).

Silvio Elia (2003, p. 15), na “Introdução Geral” de seu livro *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil*, indica que o primeiro trabalho escrito por um filólogo brasileiro com grande repercussão no Brasil sobre a temática “língua nacional” foi o de João Ribeiro. Segundo o autor, o trabalho de



João Ribeiro já não se soma aos demais trabalhos de abordagem naturalista produzidos no final do século XIX e início do século XX, mas revela uma “abordagem culturalista” (ELIA, 2003). Inclusive, para Elia (1961, p. 83), João Ribeiro era “o grande polígrafo na segunda fase de sua existência filológica”.

Enquanto historiador, a importância de João Ribeiro está no fato de suas considerações representarem uma “virada política” no modo como se entende/observa a produção da História. Seu ponto de vista diferenciado proporciona uma renovação dos estudos históricos no Brasil, mediante outro viés metodológico e uma nova proposta de síntese para o nosso passado. Conforme Orlandi (2009, p. 64), “como historiador, João Ribeiro representa, no Brasil, uma mudança na forma da historiografia que se desloca da tradição luso-brasileira [...] para a germânica que lhe dará esse ‘senso de objetividade’”.

Entendemos que essa renovação no caso dos estudos de História e, para nós de língua(gem), é decorrente da maneira pela qual João Ribeiro dá destaque às condições sócio-históricas para refletir sobre a língua em nosso contexto nacional. DE acordo com ele, “nossa história deixa de ser a história dos governantes para ser a história do povo brasileiro” (RIBEIRO, 1921, p. 139), inclusive nos interpelando, ao afirmar que:

A primeira lição elementar de todas as ciências é que objetivamente não pode haver um fenômeno bom e outro mau ou ruim. Todos os fenômenos são essencialmente legítimos. Todos os fatos de linguagem, cá e lá, têm igual excelência (RIBEIRO, 1921, p. 10).

Referenciar esse olhar introduzido pelo autor para pensar sobre a nossa história na/da língua é pertinente no sentido de que entendemos que essa reflexão perpassa e determina os efeitos de sentido produzidos pelo “discurso sobre” a língua proposto por ele. A partir de Ribeiro (1921) e da publicação de sua obra *A Língua Nacional*, pressupomos que é necessário considerar as condições históricas nas quais está inserida a língua em estudo e isso faz referência a diferentes campos científicos, não só o linguístico como tem sido definido pela Linguística tradicional e histórica.

2. O século XX e os estudos sobre a língua nas duas primeiras décadas

L'historien qui aborde le domaine des connaissances se heurte à des problèmes spécifiques. On admet facilement qu'une connaissance n'est pas un simple événement, et que les connexions interidéologiques ne sont pas de simples successions. Comment les connaissances ont-elles rapport au temps? (AUROUX, 1979, p. 08).

Pensando as conjunturas sócio-histórica e ideológica, as quais determinam as condições de produção da obra *A Língua Nacional*, de João Ribeiro (1921), vale destacar que o início do século XX é marcado por um Estado brasileiro já definido e também pela (de)marcação das diferenças linguísticas. Essa época viu florescer, em diferentes regiões do Brasil, as observações de estudiosos no sentido de mostrar a diferença como constitutiva da língua, daí, a nosso ver, o interesse pelo folclore e pelos regionalismos. Exemplo disso é a publicação dos glossários formadores das obras *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral (1920) e *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes (1922)¹.

Nesse período, observamos inúmeros estudos e debates voltados para a discussão e reflexão sobre a língua. Tais estudos, em especial os da "geração de 20"² eram realizados por filólogos autodidatas e tinham como principais linhas de trabalho:

[...] a edição de textos antigos (Said Ali, Sousa da Silveira, Magne, por exemplo); a gramática (histórica ou normativa) da língua ou de partes dela (João Ribeiro; Said Ali; Otoniel Mota; Oiticica; Lima Coutinho; Monteiro, Sousa da Silveira); dialetologia/estudos da variação brasileira do português (João Ribeiro; Amaral; Nascentes; Monteiro); etimologia, lexicografia/terminografia (João Ribeiro; Nascentes; Magne); estilística (Said Ali; Souza de Silveira; Oiticica); crítica/história da literatura (João Ribeiro; Monteiro). (COELHO, 1998, p. 83).

¹ Um estudo sobre essas obras pode ser conferido em Petri e Medeiros (2013).

² Referimo-nos à "geração de 20" em consonância com a periodização proposta por Olga Coelho (1998).



Os estudiosos dessa geração eram reconhecidos também pelas publicações que mantinham em jornais, como colunas gramaticais ou de vulgarização de questões filológico-linguísticas. No caso de João Ribeiro, temos conhecimento de diversas publicações nos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*. À época, os jornais tiveram uma grande importância para a circulação de questões sobre a língua, as quais eram de interesse não só para os especialistas, mas para o público em geral, o homem culto “comum” (COELHO, 1998).

Esses estudos puderam contar com o respaldo de uma importante instituição, fundada no final do século XIX, a Academia Brasileira de Letras, que teve um papel importante no que tange aos estudos sobre a língua desenvolvidos no Brasil. Nessa época, verifica-se também uma forte discussão sobre o teor das reformas ortográficas, as quais eram propostas tanto por estudiosos filiados a um ponto de vista dito “conservador”, que reivindicavam uma abordagem histórica, quanto por estudiosos que buscavam conciliar os estudos etimológicos com os fonéticos (SOUZA; MARIANI, 1996).

Tais reformas, segundo Souza e Mariani (1996), por não contar com o apoio dos governos de Portugal e do Brasil, restringiram-se às publicações internas das academias. Mesmo com essa falta de apoio oficial, sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX, podemos observar, pelas publicações³ da Academia Brasileira de Letras, que a mesma não deixou de realizar inúmeras reformas e acordos ortográficos, que passaram a ter um respaldo oficial a partir dos anos de 1930. É importante enfatizar que as reformas e os acordos ortográficos estabelecidos também foram fundamentais, contribuindo para fixar o "signo da independência política no domínio da língua nacional" (ORLANDI, 2002, p. 192).

Refletir sobre a maneira como a obra de João Ribeiro significa a “língua nacional” leva-nos a refletir sobre a relação língua/Nação, a qual, muitas vezes, não é evidente e muito menos direta. Como afirma Orlandi (2002),

³ As publicações a que nos referimos compõem a *Coleção Antônio de Morais Silva*, da Academia Brasileira de Letras.

[...] toda língua nacional se constitui em um processo de confrontos, alianças, oposições, ambiguidades, tensões com outras línguas. A relação língua/nação é tensa e é em uma relação de consistência histórica singular entre a língua e seus falantes que podemos compreendê-la, avaliá-la (ORLANDI, 2002, p. 42).

E, no caso do Brasil, trata-se de um território marcado pela diversidade linguística, a qual, no entanto, aparece como que “escondida” em função de uma “consciência nacional”, isto é, a língua passa a ser um “signo de nacionalidade”, cuja escolha, como afirma Anderson (2008, p. 128), é, “acima de tudo, uma questão de conveniência ou herança inconsciente”. A língua nacional, nesse sentido, “se constitui regularmente como um importante elemento através do qual o Estado Nacional realiza seu ideal de unidade, propagando a ideia de unidade linguística e realizando a homogeneização tanto da língua quanto da população” (PAYER, 2007, p. 340).

Para além de toda essa discussão engendrada atualmente, voltamos nosso olhar para o texto de João Ribeiro (1921) e compreendemos que a relação língua/nação que comparece volta-se, mais especificamente, para um efeito que visa a evidenciar a diferença entre país colonizador/colonizado do que enfatizar o efeito de unidade entre eles, como verificamos a seguir:

Recorte 1:

....."Ha ainda outros *damnos irreparaveis nas corrigendas e erratas vernaculas*.
O primeiro e o maior de todos, é o de que nos fica vedado todo progresso nacional.
Só ha um progresso, e é o que lá se perfez em Lisboa ou em Coimbra; *a nossa evolução passa a ser uma materia alfandegaria de importação continua*"⁴ (RIBEIRO, 1921, p. 13).

A ironia de João Ribeiro retrata a atmosfera de tensão vivida à época e o repúdio à interpretação e redução do ideal positivista de “progresso” como aquilo que vem de fora, aquilo que é importado de ‘Lisboa’ ou ‘Coimbra’. Ao nos propormos refletir sobre o primeiro capítulo da obra *A Língua Nacional*, de João Ribeiro (1921), levamos em consideração, por um lado, as condições de

⁴ Grifos nossos. Utilizamos o itálico no interior dos recortes para dar destaque ao que interessa em especial para nossas reflexões.



produção a partir das quais a obra se constitui; mas, por outro lado, assumimos a posição de leitor e de analista de discurso, mobilizando noções teórico-metodológicas em pleno funcionamento nesse início de século XXI.

Partimos da premissa de que em João Ribeiro é possível identificar um lugar para refletirmos sobre a necessidade de descolonização linguística, não só do Brasil, mas também de outros países com histórico de colônia. Nesse caso, podemos identificar tal problemática, nos exemplos do autor, nas relações entre Estados Unidos e Inglaterra, como mostram os recortes abaixo:

Recorte 2:

"Não é esta, porém, a verdade dos factos. Todo homem bem educado escreve correctamente a sua língua, em qualquer parte do mundo. E *no que nos diz respeito a nós brasileiros é sem duvida agradável a opinião muito generalizada entre portugueses* (Candido de Figueiredo, Julio Dantas, A. de Campos e outros) de que *no Brasil se escreve ou se estuda com maior perfeição a lingua commum.*

Essa *perfeição é um puro artificio, como o é nos Estados Unidos*. Explica-se pela imitação excessiva, pela *submissão quasi incrível* com que sacrificamos todas as nossas expressões immediatas *em favor de uma lingua literaria, esterilizada* despida de todos os seus "venenos regionaes".

Ha entre nós, para exemplo, meia duzia de *escriptores do fundo d'alma brasileiros*, que galvanizam todas as chamadas anormalidades barbaras pondo-lhes superficial da nova graphia portugueza. Affastam assim uma apparencia hybrida de lusismo galvanoplastico" (RIBEIRO, 1921, p. 17-18).

Recorte 3:

"A *lingua portugueza* (estamos a substituir apenas as palavras do romancista) deixou de ser celtica, latina, arabica, ou visigothica, para *conquistar a individualidade actual*. Não será essa a mesma lição que estamos a aprender, transformando todas as origens e todas as collaborações ephemerhas das raças, em proveito de uma personalidade original?

Certas *selvagerias americanas só existem na imaginação dos inglezes* (leia-se portuguezes)⁵ por ignorancia d'elles quanto á propria lingua." (RIBEIRO, 1921, p. 21)

Não se trata, pois, da exaltação de um nacionalismo exacerbado, mas de um desejo de ver a independência linguística brasileira acontecendo após um século de independência política: "Não será essa a mesma lição que estamos a aprender, transformando todas as origens e todas as collaborações ephemerhas das raças, em proveito de uma personalidade original?" (RIBEIRO, 1921, p. 21).

⁵ João Ribeiro, na mesma obra, no capítulo intitulado *Ditos históricos*, define o que entende pela expressão "Para inglez vêr!", conforme segue: "Diz-se – *para inglez vêr* – de todas as coisas que se fazem ou não se fazem, como só do intuito da apparencia ás vezes necessária. Não é só o vicio do exhibicionismo, a boa parte; mas é também a contingencia de aparentar alguma actividade útil. *Para inglez vêr* – é, em summa, a hypocrisia da acção." (RIBEIRO, 1921, p. 76).

João Ribeiro não utiliza essa nomenclatura tão cara para nós, quase um século após a escritura de sua obra que são as noções de *colonização* e *descolonização* linguística, tal como ressoam e nos ajudam a compreender a dimensão da obra *A Língua Nacional*; no entanto, pelo fio do discurso, podemos entender essas noções como fundamentais ao propósito de nossos apontamentos.

3. Mobilizando as noções de colonização/descolonização linguística

A língua é, porém, uma atividade social e, portanto, segue as vicissitudes da sociedade, é inseparável da história da civilização, ora vencendo e brilhando, ora abastardando-se e esfacelando-se. A língua, como se sabe, acompanha o destino dos homens que a falam (SILVA NETO, 1956, p. 22).

A noção de colonização que vamos considerar aqui é a proposta por Mariani (2004, p. 23) e nos encaminha para posição refletida a partir do mote da “coexistência de povos com histórias e línguas em dado momento histórico”, com todas as tensões que lhe são próprias e que podem ser observadas no Brasil, enquanto colônia e ex-colônia de Portugal (muito fortes, pelo menos até o final do século XVIII), e que são determinantes para a constituição do ponto de vista discursivo que sustentamos. Já a noção de colonização linguística proposta pela autora nos remete ao “processo histórico de confronto” (MARIANI, 2004, p.19), no qual se observa a “imposição de ideias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único” (MARIANI, 2004, p. 25). Vale lembrar que essa “imposição de ideias linguísticas” funciona porque as condições jurídicas e políticas garantem tal funcionamento. Como já mencionamos, trata-se de um espaço de tensão entre línguas, no qual a heterogeneidade linguística se movimenta, fazendo com que a colonização linguística seja um “(des)encontro linguístico no qual os sentidos construídos são determinados em situações enunciativas singulares, situações históricas e paulatinamente engendradas que vão dando lugar ao surgimento de uma língua e de um sujeito nacionais” (MARIANI, 2003, p. 75).



Entendemos que a obra *A Língua Nacional* explicita uma certa tomada de consciência histórica de que haveria já condições de identificação de uma língua e de sujeitos nacionais brasileiros. Há, na obra de João Ribeiro, uma peculiaridade (sobretudo no capítulo com que estamos trabalhando) que é a tensão no interior de uma língua que é a Língua Portuguesa, que é a mesma, mas que é diferente, ou como nos mostram em estudo anterior, Petri e Medeiros (2013), uma “língua partida”. Essa tensão a que nos referimos comparece no seguinte recorte:

Recorte 4:

"A nossa grammatica não póde ser inteiramente a mesma dos portuguezes. As differenciações regionaes reclamam estylo e methodo diversos.

A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de facto a mutilar idéas e sentimentos que não são pessoaes.

Já não é a lingua que apuramos, é o *nosso espirito que sujeitamos a servilismo inexplicavel.*

Falar differentemente não é falar errado. A physiognomia dos filhos não é a aberração teratologica da physiognomia paterna.

Na linguagem como na natureza, *não ha equaldades absolutas*; não ha, pois, *expressões differentes que não correspondem tambem a idéas ou a sentimentos differentes.*

Trocar um vocabulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidades artificiosas e enganadoras" (RIBEIRO, 1921, p. 8-9).

Tal tensão pode ser observada pelo início do recorte: “A nossa grammatica não póde ser inteiramente a mesma dos portuguezes”. Consideramos que essa ‘grammatica’ não se vincula a uma ideia normativa, mas sim à gramática da língua em funcionamento, afetada pelas ‘diferenciações regionaes’, que reclamam ‘stylo e methodo diversos’. O que comparece nesse recorte é, conforme Orlandi (2009), uma tentativa de legitimar a diferença e de estabelecer a visibilidade da mudança, ou ainda, a “noção de diferença significando mudança” (ORLANDI, 2009, p. 85). Por isso, observamos em João Ribeiro (1921), a ênfase na questão da diferença (“Falar differentemente não é falar errado”) que se torna, a nosso ver, um modo de atestar a legitimidade da língua nacional do Brasil (“Trocar um vocabulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidades artificiosas e enganadoras”).

Compreendemos, portanto, a partir de nossos apontamentos, que há marcas de um “processo de diferenciação” (ORLANDI, 2009) da língua posta pelo processo de colonização. Trata-se da busca pelo que distancia/diferencia uma língua da outra, estando na base desse funcionamento o que Orlandi entende por descolonização linguística, vindo a funcionar nesse espaço de ruptura da Língua Nacional do/no Brasil da Língua Nacional de Portugal. Orlandi (2009) explicita que a descolonização linguística é:

[...] esse imaginário no qual se dá também um acontecimento linguístico desta vez sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação (ORLANDI, 2009, p. 172).

De fato, tanto o processo de colonização quanto o de descolonização linguística se constituem sob dadas condições sócio-históricas, revelando relações singulares com uma memória que é própria ao país colonizado e ao país colonizador. A heterogeneidade ganha força, a unidade necessária se vê frente a um real com a diversidade concreta e nesse espaço funda-se uma nação, um Estado. E, como nos ensina Orlandi (2009, p. 179), a língua tem um “papel primordial” no processo de descolonização. Desse movimento advém a necessidade política de se nomear essa língua que é portuguesa, mas que é diferente, que já não está mais colada à língua portuguesa de Portugal, instaurando-se um outro espaço de tensão, agora no interior da própria língua. Dizer *A Língua Nacional* é trazer à baila a noção de nação e de Estado, vinculadas à formação de uma identidade ‘dita’ brasileira.

O nacionalismo “surgiu primeiro no Novo Mundo, e não no Velho Mundo” (ANDERSON, 2008, p. 261). Assim, podemos considerar o Brasil, enquanto país colonizado, ou seja, enquanto um país que se relaciona ao que é denominado de Novo Mundo, como um bom observatório para essas questões referentes tanto à língua, quanto ao nacionalismo. Lilia Moritz Schuwarcz (2008, p. 17), ao introduzir o livro de Anderson, diz que “a nação constrói



tempos vazios e homogêneos, e amnésias coletivas fazem parte desse jogo político”, e explicita ainda que:

[...] discursos da nacionalidade são caracterizados pela noção de simultaneidade, que inaugura uma idéia de tempo vazio e homogêneo. Abolem-se divisões cronológicas claras, e em seu lugar se estabelecem regimes de temporalidade que jogam para a esfera do mito o passado e os momentos de fundação (SCHUWARCZ, 2008, p.12).

E em nossa reflexão, isso pode ser observado no Brasil que, até hoje, produz um imaginário de si, enquanto nação, sustentado num movimento entre o lembrar e o esquecer; entre o mito e a realidade social; entre o real e o imaginário do que somos enquanto país e língua. Em nosso entender, a questão da língua nacional (tanto quanto a questão do nome da língua) ainda não é uma questão resolvida, posto que está em aberto, conforme nos coloca Orlandi (2009, p. 180):

[...] já não cabe falar em lusofonia, mas em refletirmos sobre a situação de diversidade linguística com que se apresentam hoje os países de colonização portuguesa. Estamos em um campo multilíngue saído (nos dois sentidos: de partida e de afastamento) da dominação da língua portuguesa dos lusos. [...] A situação da língua portuguesa hoje não cabe mais na estreita noção de lusofonia. As nossas relações são de outra ordem. E a nossa língua é outra. A que insisto em chamar de Língua Brasileira.

Podemos observar, em João Ribeiro, tanto uma ancoragem na memória sobre a colonização, ou, mais precisamente, nos "efeitos ideológicos da colonização" (ORLANDI, 2009, p. 177), quanto o efeito da descolonização linguística, como nos indicam os seguintes recortes:

Recorte 5:

"Ora pois. *Somos um povo; vamos festejar um seculo de Independencia e não temos mais que uma Gazeta de Hollanda cheia de calumnias e mentiras linguisticas*" (RIBEIRO, 1921, p. 9).

Recorte 6:

"Não podemos, sem mentira e sem mutilação perniciosa, sacrificar a consciencia das nossas proprias expressões.

Corrigi-las pôde ser um abuso que affecte e comprometta a sensibilidade immanente a todas ellas.

Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dicta.

Alteral-os é já uma falsificação e um princípio de insinceridade." (RIBEIRO, 1921, p. 10-11).

Recorte 7:

"Em verdade, cá no sul como ao norte, precisamos de *afirmar a existencia de uma lingua do Estado.*

Esta não será uma lingua nova mas um proposito da indiferença pela lingua alheia (RIBEIRO, 1921, p. 19).

Considerando tanto o efeito ideológico da colonização, quanto o efeito da descolonização linguística, a língua nacional, a partir do que podemos compreender pelos recortes, está vinculada ao fato de ser, como destaca Orlandi (2009, p. 48), "uma historicização singular, efeito da instauração de um espaço-tempo particular diferente do de Portugal (AUROUX, 1979, p. 08). Espaço-tempo este estruturado pelos sujeitos e pelos objetos que o ocupam e com capacidade linguística particular".

A Língua Nacional é, portanto, uma discursividade em que podemos observar esse efeito de ruptura dos sentidos, ou seja, observar a introdução de um novo olhar sobre a língua que é portuguesa, mas não é aquela de Portugal, posto que tem um funcionamento e uma caracterização bem específica no Brasil. Esse olhar produz efeitos de sentido outros ancorados, de certa forma, em um "efeito ideológico da colonização", mas, sobretudo, vinculados às condições sócio-históricas e ideológicas específicas do Brasil, tal como verificamos no Recorte que segue.

Recorte 8:

"Sinto ainda a necessidade de novamente *escrever acerca do que podíamos chamar a - Língua Nacional - dos brasileiros.*

Não era a defesa nem a apologia intencional de solecismos, de barbaridades e defeitos indesculpáveis.

Era muito mais erguido e alevantado o meu proposito.

Tratava-se da *independencia do nosso pensamento e de sua immediata expressão* (RIBEIRO, 1921, p. 16).

Por meio do recorte 8, compreendemos que ressoa uma memória voltada para os efeitos da colonização, porém reivindica-se a "independencia do nosso pensamento e de sua immediata expressão", instaurando sentidos relacionados



ao viés nacionalista que perpassa as condições de produção da época em questão, mas que não traz à baila especificamente o nacionalismo exacerbado que via a unidade de uma nação, porque compreende que não há uma unidade linguística entre Brasil e Portugal, nem mesmo entre as diferentes regiões do Brasil.

Essa “independência”, ou, em outros termos, essa busca por uma “descolonização” que está, sobretudo, no nível da língua em funcionamento no Brasil e que está na base do processo de constituição da nacionalidade, também perpassa as relações entre língua e literatura. Nesse sentido, podemos observar que a discussão em torno d’*A língua nacional*, em João Ribeiro (1921), não se situa apenas no nível da oralidade/expressão, mas afeta/determina o nível da escrita, a qual se vincula, à época, a uma questão de cânone literário. Entretanto, para o autor, ao se atravessar o Atlântico, os cânones não são os mesmos e, se forem, já significam diferente, conforme explicitamos no recorte que segue.

Recorte 9:

“A literatura, porém, cá d’este lado do Atlantico *não quer ter nenhum "sotaque", desdenha e sufoca a espontaneidade própria e vive de uma língua fictícia e imaginária*” (RIBEIRO, 1921, p. 17).

É nesse espaço da língua escrita que se marca também a diferença, pois o sotaque aparece entre aspas dando um tom de especificidade, de sonoridade outra, tão diferente; do mesmo modo que se reafirma a vida, o movimento da língua deste lado do Atlântico, é uma língua que constrói sua própria história. Refletir sobre a noção de língua nacional do modo como o faz João Ribeiro (1921) é um ato de resistência, de tomada de posição diante do outro que é o colonizador, o estrangeiro.

Essas questões nos colocam diante de um discurso sobre a língua que a faz significar de outro modo, uma língua não mais vinculada aos portugueses, mas sim aos brasileiros. E é nesse sentido que consideramos esse discurso como um discurso fundador, pois o mesmo configura-se por uma relação de conflito com o processo de produção dominante de sentidos, conflito que produz a ruptura, o movimento dos sentidos, que estabelece outra filiação de memória e

um novo sítio de significância (ORLANDI, 1993). Podemos, também, enfatizar a importância das condições de produção para a configuração de um discurso fundador, as quais são determinantes para a produção do discurso e dos sentidos.

Vale destacar que a nomeação “língua nacional” proposta por João Ribeiro não se vincula à proposta, que se inicia à época e ganha maior proporção nos anos de 1930 e 1940, de se chamar “língua brasileira” ao idioma vernáculo do Brasil. O próprio autor, em publicação ao *O estado de S. Paulo*⁶, destaca o seguinte:

Quando escrevi um pequeno livro sobre a - “Lingua Nacional” - não era intenção minha *proclamar a existência da “língua brasileira”*, como o fazem alguns escriptores argentinos quando falam da “língua argentina”. [...]

A “língua idiomática” brasileira é que é distinta do idioma europeu, entre nós objeto de uma obsessão e quase mania dos gramáticos profissionais.[...]

“A língua portuguesa no Brasil não se diferenciou ao ponto de ser um “dialecto”.

Entre os dois povos da mesma língua existe apenas a estranheza das divergências prosódicas e de numeroso quinhão de vocábulos”. [...]

(...) Os portugueses é que têm prosódia da lingua; o “sotaque” é nosso e não deles”. [...]

Comtudo o trecho de Aloysio Azevedo serve para, sob outro aspecto que me ocupa, indicar a divergência entre o linguajar “brasileiro” e o “portuguez”. [...]

A “língua nacional” não é, pois, uma questão brasileira, mas um fenômeno pan-americano. É natural que o academicismo espanhol ou portuguez, ou a literatura européa ache motivos de estranheza nessa involuntária audácia americana⁷. (ABL, 2013, p. 303).

Um outro ponto importante para ser destacado a partir do que João Ribeiro apresenta é a questão da idiomaticidade (“A ‘língua idiomática’ brasileira é que é distinta do idioma europeu”), que, segundo Dias (1996, p.

⁶ *A Língua Portuguesa na Revista da Academia*. Tomo II – 1921-1930. (Publicação da Academia Brasileira de Letra). Rio de Janeiro, 2013.

⁷ Grifos nossos.



71), “é relativa a um sujeito empírico, um sujeito que se situa a si e ao outro em relação a um tempo e a um espaço”.

Para nós, a questão idiomática é, pois, um “lugar de constituição de identidade”, isto é, trata-se de um processo de identificação resultante da relação entre “uma língua imposta pelo colonizador e a história que vai expondo o brasileiro a diferentes ordens simbólicas, sem, no entanto, deixar de representar a necessidade de unidade, seja ela qual for” (ORLANDI, 2002, p. 94). Nesse processo, considerando o caso específico do Brasil, devemos levar em conta a historicização da língua nesse espaço linguístico e histórico singular, isto é, levar em conta que se tratam de outras condições sócio-históricas e ideológicas, as quais determinam, portanto, a constituição da língua, e, por conseguinte, o modo como os sujeitos/indivíduos relacionam-se a ela, com o outro e com os seus pares.

Assim, o “idioma”, tal como comparece em João Ribeiro (1921), está voltado para a relação existente entre o sujeito/indivíduo e a língua. Haroche (1992), em seu estudo acerca da determinação do sujeito via gramática, propõe a significação de “idiota” e de “idiotismo” para refletir sobre a significação de idioma, destacando que este se voltava, inicialmente, para uma “particularidade própria a uma língua, para significar em seguida (a partir do século XVI), de maneira bem mais geral, ‘língua’ em seu conjunto” (HAROCHE, 1992, p. 224). Tal significação se faz relevante na medida em que podemos observar que há um “deslizamento da ideia de unicidade, de particularidade, de individualidade para a de totalidade, de generalidade e intercambialidade” (HAROCHE, 1992, p. 224). Sendo assim, pelas considerações de João Ribeiro (1921), retomadas anteriormente, compreendemos um efeito de particularidade quando se trata do “idioma”, pois a “‘língua idiomática’ brasileira”, distingue-se do “idioma europeu”, para depois se ter uma ideia de totalidade, a qual se liga a uma questão de território, mais especificamente, às Américas, estendendo para além de contexto brasileiro: “A ‘*língua nacional*’ não é, pois, uma questão brasileira,

mas um *fenômeno pan-americano*⁸ pois como o próprio João Ribeiro coloca antes de começar o seu livro:

O título geral que coordena as páginas deste livrinho é certamente exagerado; mas, era preciso indicar, pelo menos, a inspiração comum desses fragmentos agora reunidos.

São – Notas aproveitáveis – segundo minha intenção e endereçam-se principalmente à curiosidade dos amadores e estudiosos do idioma português na America. (RIBEIRO, 1921, s. p.).

Diante disso, quando tratamos a questão do discurso fundador, não estamos considerando que João Ribeiro busca reivindicar uma nova língua ou nomeação de língua para o Brasil, o que está em jogo, em nosso entender, são os efeitos de sentidos produzidos quando se relaciona o saber sobre a língua às condições sócio-histórico-ideológicas específicas do contexto brasileiro.

Palavras finais (ou para agitar as ideias sobre *A Língua Nacional*)

*Agitador de ideias' [João Ribeiro], demolidor do mundo medido e regrado do século XIX, espectador irônico da belle époque brasileira, ele merece a nossa atenção, o nosso trabalho crítico, para que se defina melhor seu papel, a sua contribuição à cultura brasileira, como a compreendemos hoje*⁹ (SCHNEIDERMAN, 1971, p. 93).

Como vemos, há quase dois séculos depois da independência política do Brasil a questão da língua e do nome da língua continua atual, pertinente e absolutamente necessária. E, nesse caso, não se trata de uma questão binária, de um lado a língua portuguesa de Portugal e de outro lado a Língua Portuguesa do e no Brasil, trata-se de uma questão de heterogeneidade linguística muito própria à brasilidade, a fundação de uma nação com a riqueza de uma diversidade cultural, linguística, discursiva, imaginária e simbólica. Observamos, a partir de nossos apontamentos sobre o texto analisado, as

⁸ Grifos nossos.

⁹ Disponível em: <www.revistas.usp.br/rieb/article/viewFile/69719/72387>. Acesso em: 15 dez. 2014.



relações entre Brasil e Portugal e o desejo de se ter uma língua de fato nacional, o que atualmente está muito ligado ao desejo de nomear uma língua que é a mesma e que é diferente, mas não podemos deixar de levar em conta que o que faz essa língua diferente é também o arcabouço das outras línguas que a constituem, mas isso seria a temática para um outro estudo.

Estes apontamentos iniciais indicam, para nós, que é possível refletir sobre a obra *A Língua Nacional* da perspectiva discursiva, tomando o discurso sobre a língua proposto por João Ribeiro (1921) como um “discurso fundador”. Segundo a perspectiva discursiva, um discurso torna-se fundador na medida em que “cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante diferenciado” (ORLANDI, 1993, p. 130). O discurso fundador instaura-se, sobretudo, pela sua relação com o já dito, pois é sustentando-se no já dito que se tem a possibilidade de movimentar os sentidos. O discurso fundador, ao criar outra tradição, instaura outros sentidos ou, mais precisamente, outras filiações de sentidos, configurando um novo lugar de memória, ou seja:

Cria tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim” (ORLANDI, 1993, p. 13-14).

Diante disso, consideramos, ao buscar compreender os sentidos constitutivos desta “língua nacional”, em João Ribeiro (1921), que é fundamental observar a historicidade desse discurso sobre a língua, uma vez que por meio da historicidade dos processos discursivos poderemos entender melhor o modo como uma possibilidade do real pode constituir um discurso fundador, bem como de novos sentidos para nós enquanto sujeitos à língua e à nação brasileira como um todo e ao mesmo tempo singular a cada cidadão brasileiro.



Referências

AMARAL, A. **O dialeto caipira**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000004.pdf>>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

ANDERSON, B. R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUROUX, S. **La sémiotique des encyclopédistes**. Paris: Payot, 1979.

COELHO, O. F. **Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira**. Um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem. 1998. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: São Paulo, 1998. 184p.

DIAS, L. F. **Os Sentidos do Idioma Nacional**: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. Campinas: Editora Pontes, 1996.

ELIAS, S. **O problema da língua brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

ELIA, S. **Fundamentos histórico-linguísticos do Português do Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

MARIANI, B. Políticas de colonização linguística. **Letras**, Santa Maria, n. 27, p. 73-82, jul/dez 2003. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistalettras/lettras27.html>>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

_____. **Colonização linguística**: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Editora Pontes, 2004.

NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

ORLANDI, E. P. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

_____. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Editora Pontes, 1993.



_____. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

PAYER, O. Processos de identificação sujeito/língua. Ensino, língua nacional e língua materna. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (Org.). **Política Linguística no Brasil.** Campinas: Editora Pontes, 2007. p. 113-123.

PETRI, V. ; MEDEIROS, V. Da Língua Partida: Nomenclatura, Coleção de Vocábulo e Glossários Brasileiros. **Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, Santa Maria, n. 46, p. 43-66, 2013.** Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistaletas/artigos_r46/artigo_03.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2014.

SCHNEIDERMAN, B. João Ribeiro atual. **Revista do IEB.** Instituto de Estudos Brasileiros da USP. São Paulo: 1971, p. 65-93.
Disponível em: <www.revistas.usp.br/rieb/article/viewFile/69719/72387>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.

SCHUWARCZ, L. M. Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, B. R. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA NETO, S. **Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa.** São Paulo: Editora S/A, 1956.

SILVA, R. C. **O polígrafo interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: UAP/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2008, 200p.

SOUZA, T. C.; MARIANI. Reformas ortográficas ou acordos políticos? In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni. **Língua e cidadania: o português no Brasil.** Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 85-93.

RIBEIRO, J. **A Língua Nacional.** São Paulo: Edição da “Revista do Brasil” - Monteiro Lobato e Companhia, 1921.

Recebido em 13/05/ 2015.
Aprovado em 21/06/2015.

Verli Petri

É professora associada da Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Letras Vernáculas e pesquisadora do Laboratório Corpus/Programa de Pós-Graduação em Letras.

E-mail: verli.petri72@gmail.com



Caroline M. Schneiders

Pós-doutoranda (bolsista DOCFIX-Edital 09/2012), vinculada ao Laboratório Corpus/Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora do Laboratório Corpus.

E-mail: carolletras2005@yahoo.com.br

Amanda Scherer

Professora titular da Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Letras Clássicas e Linguística e pesquisadora do Laboratório Corpus/Programa de Pós-Graduação em Letras.

E-mail: amanda.scherer@gmail.com